

Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

Angélica de Oliveira Machado MALTA ¹

Paulo de Tarso OLIVEIRA ²

Resumo

O presente trabalho pretende fomentar o debate sobre a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação, prevista pela Lei Federal nº 13.935/19. Apresentando os resultados da pesquisa realizada sobre o trabalho interdisciplinar com Assistentes Sociais e Psicólogos em instituições de Educação Infantil em um município do interior paulista, a pesquisa realizada explana sobre a história e a evolução da Educação Infantil; sobre o desenvolvimento humano e social; e sobre o trabalho interdisciplinar. A análise das entrevistas realizadas com seis profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia é exposta ao final. Com a discussão apresentada, fica evidente que a presença desses profissionais pode ser bastante eficaz na área da Educação e que ainda é preciso um esforço coletivo para que essa sistemática de trabalho se torne uma realidade, não só na Educação Infantil, mas em todos os níveis de ensino.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Educação Infantil. Interdisciplinar. Psicologia. Serviço Social.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFACEF), Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação (UNB), Especialista em Psicopedagogia (Metropolitana). ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-2543-7685>

E-mail: angelsa266@hotmail.com

² Livre Docente (UNESP), Doutor em Psicologia (USP), Mestre em Direito (UNESP). Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFACEF). ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-5739-4827>

E-mail: ptarsoliveira@gmail.com

Social Workers and Psychologists in Education: fostering human and social development

Angélica de Oliveira Machado MALTA

Paulo de Tarso OLIVEIRA

Summary

This work intends to foment the debate about the presence of Social Workers and Psychologists in Education, foreseen by the federal law nº 13.935/19. Presenting the results of research carried out on interdisciplinary work with Social Workers and Psychologists in Early Childhood Education institutions in a city in São Paulo countryside, it explains about the history and evolution of early childhood education; human and social development; and interdisciplinary work. The analysis of the interviews carried out with six professionals from the areas of Social Work, Psychology and Pedagogy is presented at the end. With the discussion presented, it is evident that the presence of these professionals can be very effective in the area of education and that a collective effort is still necessary for this systematic work to become a reality, not only in early Childhood Education, but at all teaching levels.

Keywords: Development. Childhood Education. Interdisciplinary. Psychology. Social service.

Trabajadores Sociales y Psicólogos en Educación: fomentando el desarrollo humano y social

Angélica de Oliveira Machado MALTA

Paulo de Tarso OLIVEIRA

Resumen

El presente trabajo pretende fomentar el debate sobre la presencia de Trabajadores Sociales y Psicólogos en la Educación, prevista por la ley federal nº 13.935/19. Presentar los resultados de una investigación realizada sobre el trabajo interdisciplinario con Trabajadores Sociales y Psicólogos en instituciones de Educación Infantil de una ciudad del interior de São Paulo. La investigación realizada da cuenta de la historia y evolución de la Educación Infantil; sobre el desarrollo humano y social; y sobre el trabajo interdisciplinario. Exponiendo al final el análisis de las entrevistas realizadas a seis profesionales de las áreas de Servicio Social, Psicología y Pedagogía. Con la discusión presentada, se evidencia que la presencia de estos profesionales puede ser muy eficaz en el campo de la Educación y que aún es necesario un esfuerzo colectivo para que este trabajo sistemático sea una realidad, no sólo en la Educación Infantil, sino en todos los niveles de enseñanza.

Palabras clave: Desarrollo. Educación Infantil. Interdisciplinario. Psicología. Servicio social.

Introdução

Este trabalho enfatiza a importância da interdisciplinaridade na área da Educação, que é historicamente marcada pela presença expressiva de profissionais da Pedagogia, porém tem sido estimulada a receber novos profissionais, com diferentes formações, para compor suas equipes de trabalho. Assim como já ocorre em outras áreas, como a Assistência Social e a Saúde, por exemplo, propondo assim uma reformulação da sistemática de atendimento prestado aos seus usuários e promovendo o desenvolvimento humano e social.

O desenvolvimento comumente é compreendido somente por seu aspecto econômico, sendo mensurado pela renda, produção de bens e pelo poder de compra. Mas, o desenvolvimento de uma determinada localidade ou grupo social não pode estar relacionado somente com as questões financeiras, mas deve levar em conta o bem-estar social, a qualidade de vida das pessoas e também o meio ambiente onde estão inseridos.

A produção de bens e serviços deve ser associada à satisfação das necessidades humanas, por isso, desenvolvimento também deve ser sinônimo de garantia de direitos. Todas as pessoas devem ter suas necessidades básicas atendidas para que possam ter condições dignas de sobrevivência. Elas precisam ser protagonistas de suas histórias de vida e agentes ativos da comunidade. Para isso, é preciso reduzir as desigualdades sociais e ampliar as garantias e liberdades de escolha de cada um. (SEN, 2000).

As políticas públicas devem promover o acesso dos cidadãos aos direitos sociais e à resolução das demandas apresentadas, garantindo o pleno desenvolvimento, a qualidade de vida e o bem-estar dos seus usuários.

A escola é um espaço propício para a promoção e formação do ser humano, pois é onde nos relacionamos, interagimos e aprendemos. A presença de diversos profissionais, com um trabalho articulado e coeso, garante as condições necessários para o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos.

Para além do papel do professor e aluno nesse processo de construção do saber, existe a possibilidade de inserir novos profissionais no ambiente escolar, que podem contribuir para essa formação multifacetada dos alunos, garantindo não só um aprendizado significativo, mas uma formação para a vida adulta que contempla todos os aspectos da vida humana. (MALTA, 2022, p.13)

MALTA; OLIVEIRA.

A interdisciplinaridade na Educação é geralmente compreendida com a sua faceta de interlocução entre as diversas disciplinas e atividades que compõe o currículo escolar (BOCHNIAK, 1992), mas a proposta dessa discussão é abordar o trabalho interdisciplinar, compreendido como a articulação e o diálogo entre diferentes profissionais, promovendo uma atuação articulada e novas metodologias de trabalho (FAZENDA, 1995).

A Lei Federal nº 13.935, de 12 de dezembro de 2019, prevê a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação Básica, porém ainda não existe a regulamentação.

É preciso ampliar o debate sobre a interdisciplinaridade e o papel desses profissionais nos ambientes escolares para promover a concretização dessa nova metodologia de trabalho. A composição de equipes interdisciplinares visa ampliar o acesso aos direitos sociais, promover o pleno desenvolvimento das crianças e ofertar apoio às famílias.

Como lugar de formação e aprendizagem, a escola deve trabalhar todos os aspectos que envolvem a vida humana. Não é somente para que os alunos tenham acesso à informação e ao conhecimento, mas para promover as relações sociais e prepará-los para o convívio nos diversos espaços públicos. Ela é um espaço plural e dinâmico, que deve relacionar o aprendizado formal com as experiências e vivências de todos os envolvidos, para que o aprendizado seja significativo e com qualidade (OLIVEIRA, 2003).

A escola deve ser um espaço de emancipação do ser humano, em que ele se conscientiza sobre a realidade em que vive, e atua sobre ela de maneira crítica e reflexiva. Essa concepção de educação emancipadora, depende da garantia do respeito à diversidade humana, à equidade e a liberdade, valorizando-as e dando acesso aos seus direitos e permitindo aos indivíduos o desenvolvimento de suas potencialidades (NEVES et al, 2022, p.5).

O papel da equipe interdisciplinar na Educação é justamente promover a efetivação dessa emancipação, atuando numa perspectiva crítica, que auxilie na resolutividade das demandas apresentadas no cotidiano escolar.

Este artigo pretende fomentar o debate sobre a importância das equipes interdisciplinares nas escolas e apresentar os resultados da pesquisa de Malta e Oliveira (2022), realizada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional. A dissertação abordou os aspectos históricos das instituições de Educação Infantil; o desenvolvimento humano e social na política pública da Educação; o trabalho interdisciplinar e a atuação de Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos nas escolas.

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

Foi realizada uma pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam nas creches conveniadas, em um município do interior paulista. Ao todo foram seis entrevistas, com duas Assistentes Sociais, duas Psicólogas e duas Pedagogas. As profissionais pertencem a quatro unidades educacionais, sendo que duas possuem equipes interdisciplinares e duas não. Esse comparativo foi importante para analisar se o trabalho interdisciplinar promove a melhoria na qualidade de atendimento das famílias e favorece o desenvolvimento humano e social.

O presente artigo apresenta os resultados dessa pesquisa, propondo a ampliação dos debates sobre o trabalho interdisciplinar na Educação e a efetivação da Lei Federal nº 13.935/19.

Contextualizando a educação infantil

As instituições de Educação Infantil surgiram por volta dos Séculos XVI e XVII na Europa e tinham por objetivo inicial prestar assistência para as famílias empobrecidas que precisavam trabalhar nas indústrias e não tinham com quem deixar os filhos (MELLO, 1999).

Na Idade Média as pessoas conviviam em pequenas comunidades agrícolas, com o trabalho manufaturado e as crianças sendo cuidadas e inseridas nesse contexto.

A Revolução Industrial trouxe um novo momento para as relações familiares e sociais, e novas demandas coletivas. Com a mudança para as cidades e o trabalho nas fábricas, ficava inviável que os pequenos estivessem junto com suas famílias. As indústrias eram espaços perigosos e insalubres, por isso fez-se necessário a criação de espaços específicos para que as crianças pudessem ser cuidadas, enquanto os familiares trabalhavam (SOARES, 2003).

As creches eram destinadas às crianças pobres e possuíam um caráter sanitarista e caritativo, prestando atendimento para complementar os cuidados e atenção com as crianças pequenas.

No mesmo período, na Alemanha, surgiram os Jardins de Infância que também eram destinados para as crianças de 3 a 7 anos de idade, mas eram voltados para as famílias burguesas e tinham como objetivo educar e formar as crianças para o futuro, proporcionando acesso ao mundo do saber desde os primeiros anos de vida (ANDRADE, 2010).

No Brasil, as creches surgiram no final do Século XIX e possuíam as mesmas características e objetivos das instituições na Europa. As instituições eram coordenadas pela igreja, ou pessoas e associações de caridade, e também eram destinadas para as famílias empobrecidas, que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos.

MALTA; OLIVEIRA.

O objetivo central era ofertar os cuidados básicos, como alimentação e higiene. Não havia uma preocupação com o processo de alfabetização e aprendizagem. Também não havia grandes investimentos por parte do poder público. Eram espaços de caridade, com uma ideologia de submissão, onde os pequenos deveriam aprender a aceitar ordens impostas e a realidade social que estavam destinados.

A concepção da assistência científica, formulada no início do Século XX em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia de submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades (KUHLMANN JR., 2000, p. 14).

Além desse caráter assistencialista, as creches também tinham o caráter sanitarista, pois buscava-se nessa época diminuir a mortalidade infantil.

Outro aspecto, levantado por Ferreira e Sarat (2013), era a importância das creches na questão do abandono das crianças, prática comum naquele período. Existia inclusive a “roda dos rejeitados”, que eram espaços para as famílias colocarem os filhos quando não tinham condições de arcar com os cuidados.

Todas essas características das primeiras creches foram carregando esses espaços de estigmas e preconceitos. As famílias eram vistas como incapazes de cuidar de seus filhos, necessitando de auxílio da sociedade para formar essas crianças para serem bons cidadãos no futuro.

As primeiras experiências do atendimento em creches no início do Século XX revelaram seu caráter assistencial e custodial, voltado ao atendimento das crianças e famílias empobrecidas. Apresentavam elementos que marcaram por longos anos a história da instituição na sociedade, como seu caráter beneficente, a especificidade da faixa etária, a qualidade das mães como pobres e trabalhadoras (ANDRADE, 2010, p.135).

O Século XIX é marcado por profundas mudanças sociais e novas demandas vão surgindo. Com a luta dos movimentos sociais e a busca pelos direitos, o acesso às creches, que era bastante limitado na época, passa a ser reivindicado. Além disso, ocorrem avanços significativos nos estudos sobre o desenvolvimento humano e as questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem também ganham relevância (SOARES, 2003).

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

Mas, a princípio, o objetivo não era aprimorar as instituições e valorizar o atendimento prestado, mas igualar o país ao cenário internacional, estabelecendo os padrões de moral e bons costumes da época, seguindo o que estava sendo proposto na Europa e Estados Unidos.

Em 1961, surge a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que discorria sobre o atendimento das crianças menores de sete anos de idade em creches e jardins da infância, ampliando as discussões sobre acesso e sobre o atendimento prestado nesses espaços.

No período da ditadura militar a Educação tinha um caráter repressivo, com objetivo de formar a nova geração dentro dos preceitos de moral e bons costumes da época. As creches eram vistas como substitutas das famílias, ofertando os cuidados e “civildade” para os pequenos e para suas famílias. Segundo Andrade (2010, p. 142), “a creche é apresentada como instituição de atenção à infância capaz de atender os filhos da mãe que trabalha, contribuindo na promoção da família e na prevenção da marginalidade. É ressaltado o modelo substituto-materno no atendimento”.

Coloca-se nas creches a responsabilidade de formar a nova geração conforme o modelo de civilidade preconizado nesse período.

De esquecido e ignorado, o pré-escolar foi repentinamente colocado sob os holofotes de educadores, sanitaristas, assistentes sociais, jornalistas e autoridades. No início, de forma discreta e, depois, cada vez mais insistentemente ele tem se tornado o alvo de inúmeros programas governamentais, projetos de pesquisa, reivindicações de grupos privados, de tal maneira que hoje é possível identificar no discurso e na movimentação que gira em torno do tema algo que não é mais somente uma preocupação humanitária ou um interesse científico, mas já se tornou um mito; o mito do atendimento ao pré-escolar, considerado como a solução de todos os males, compensador de todas as deficiências educacionais, nutricionais e culturais de uma população (CAMPOS, 1979, p. 53).

Obviamente essa postura impositiva e repressiva era destinada para a população empobrecida. Nas escolas dedicadas aos filhos das elites, era ofertada uma educação humanista e pragmática para que as crianças pudessem desenvolver suas habilidades pessoais e não somente se adequarem aos padrões da época.

Apesar desse período ter sido marcado por conflitos políticos e sociais, a educação foi passando por um processo de mudanças profundas, no qual se discutia qual era o papel da educação pré-escolar e quais seriam suas competências e atribuições. O processo de desenvolvimento humano e a importância da aprendizagem, desde a primeira infância, estavam ingressando nas pautas de discussão sobre as creches.

Na década de 1980 a dimensão pedagógica e a necessidade de uma identidade institucional estão bem presentes no cotidiano das creches (ANDRADE, 2010).

Em 1988, a Constituição Federal brasileira reconhece as creches como direito das crianças e obrigação do Estado. Muitas normativas foram surgindo e estruturando a Educação Infantil que temos hoje.

Se, anteriormente, as crianças eram vistas como meras receptoras de cuidados básicos e higiene, hoje elas são vistas como cidadãs de direito, que estão em processo de formação. Suas aptidões, habilidade, vontades e interesses devem ser levados em consideração.

A escola infantil é um espaço de convivência, de socialização, de aprendizagem, de troca de saberes e experiências, e todos, desde os primeiros anos de vida, podem contribuir com esse espaço plural e diversificado.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, estabelece diretrizes para o atendimento das crianças em idade pré-escolar. Os princípios estabelecidos nessa lei são:

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p. 13).

Esses princípios norteiam a atuação das instituições de Educação Infantil e são uma síntese da evolução do pensamento em relação a oferta de educação para essa faixa etária. As creches não podem ser mais para passar tempo ou para recreação e cuidados básicos, mas um espaço de aprendizagem, que trabalha com o lúdico para proporcionar o desenvolvimento biopsicossocial das crianças atendidas.

Na Educação Infantil deve-se trabalhar o cuidar e o educar de forma conjunta, para garantir um aprendizado significativo e que respeite as peculiaridades dessa faixa etária.

O educar pode ser entendido como um processo de experimentação da realidade, de troca de saberes e experiências onde as crianças têm, através das brincadeiras e atividades dirigidas, a oportunidade de desenvolver suas “capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural” (BRASIL, 1998, p.23).

Já o cuidar não é somente ofertar higiene e alimentação, ele deve valorizar e respeitar as particularidades de cada um, além de ser um momento de afeto, zelo e respeito com o processo de desenvolvimento das crianças.

É através da brincadeira que a aprendizagem acontece na educação infantil. As crianças aprendem quando experimentam diferentes situações, quando trocam experiências e soltam a imaginação no “faz de conta”, aprendendo sobre si mesmos, sobre o outro e o mundo (CUNHA, 2007).

A Educação Infantil é uma etapa importante de formação humana, na qual as crianças são auxiliadas na sua construção de identidade e aprendem a se relacionarem com os outros e com o meio à sua volta. “Crianças podem adquirir habilidades sociais naturalmente, ao longo do desenvolvimento, no convívio com modelos adequados na família e na escola e, principalmente, quando parcerias são estabelecidas entre os dois contextos” (DARWICH; GARCIA, 2019, p.560).

Essa etapa da educação precisa ter uma atenção direcionada para o pleno desenvolvimento das crianças e o trabalho interdisciplinar pode contribuir para a garantia de acesso aos bens, serviços e direitos sociais, além do pleno exercício da cidadania, formando cidadãos conscientes e participativos.

Trabalho interdisciplinar e o desenvolvimento humano e social

O desenvolvimento geralmente é relacionado ao crescimento econômico e acúmulo de capital, mas ele é multifacetado e deve levar em consideração a qualidade de vida das pessoas e do planeta. Todas as pessoas nascem dotadas de direitos e devem ter garantidas as mínimas condições de sobrevivência.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Organização das Nações Unidas, garante liberdade e igualdade para todos, independentemente das condições econômicas, políticas e sociais a que estão submetidos. Todos os seres humanos devem ter respeitadas suas opiniões, sua liberdade de expressão e de associação, e sua dignidade de vida (ONU, 1948).

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados soberanos (SEN, 2000, p. 18).

MALTA; OLIVEIRA.

Quanto mais liberdade as pessoas experimentam, mais se tornam protagonistas de suas histórias de vida; a “noção de desenvolvimento humano tem a ver com a construção de capacidades para que os indivíduos exerçam suas escolhas e participem plenamente da vida social em seus diversos níveis” (SOUZA, 2021, p.31). Mas, para que isso seja possível é necessário reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos bens, serviços e direitos sociais.

Os governos precisam promover seus cidadãos, através de uma democracia que valorize o ser humano, com suas particularidades e potencialidades, promovendo oportunidades iguais de liberdade e busca pela felicidade e bem-estar (NUSSBAUM, 2015).

É importante que as pessoas cresçam e se desenvolvam em ambientes que favoreçam a liberdade de escolha, pautadas em seus interesses e habilidades e não somente nas condições externas, que muitas vezes são impostas e causam prejuízos e limitações, como pobreza, fome, violência, dificuldade de acesso à saúde, educação, entre outros.

Do nascimento à juventude, o ser humano passa por um processo de aprendizagem e de formação, no qual os aprendizados serão transportados para a vida adulta. Cada ser humano é único, dotado de particularidades, interesses, experiências, visão de homem e de mundo; influencia e é influenciado pela cultura, pelas pessoas e por tudo que está à sua volta. A vida é um processo contínuo de busca pela identidade e pela satisfação das necessidades pessoais e coletivas.

As opções de escolha dos diferentes funcionamentos imprimem na identidade das pessoas as condições necessárias para interagirem no mundo onde vivem. A opção de poder escolher é um elemento valioso para uma pessoa como membro de uma sociedade, ou seja, ter condições de participar efetivamente dos seus destinos e contribuir para o seu desenvolvimento. Por isso, “ter condições de escolher” é uma dimensão dessa abordagem que torna o agir humano mais abrangente, que enriquece sua identidade, diferencia sua atuação em face dos demais e privilegia e sua posição em relação à estrutura social (ZAMBAM, 2014, p.53).

Precisamos incentivar a liberdade e igualdade de oportunidades para todos, em especial, para as crianças, que estão em processo de formação, atenuando as desigualdades sociais, através da promoção dos direitos sociais e de políticas públicas eficientes, que garantam aos cidadãos as condições plenas para fazerem suas escolhas, terem condições dignas de sobrevivência e, especialmente, terem qualidade de vida.

Pensando na primeira infância, as escolas de Educação Infantil devem ter atrelado ao seu projeto pedagógico o ideal de desenvolvimento humano e social, com vistas a promover as crianças e auxiliar

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social as famílias, na busca por melhores condições de vida, para que os pequenos tenham condições plenas para crescerem e se tornarem cidadãos críticos e participativos.

O trabalho interdisciplinar, nesse contexto, pode favorecer o desenvolvimento nesses espaços, pois a presença de diferentes profissionais, com suas especificidades de atuação, pode ampliar o arcabouço de informação, acesso aos direitos sociais e serviços públicos.

A atuação de equipe interdisciplinar na Educação Infantil tem a função de formar, desde a infância, os cidadãos para uma vida efetiva, na qual os mesmos possam fazer suas escolhas e serem membros ativos da sociedade, não apenas reproduzindo aquilo que está posto, mas buscando alternativas e formulando suas próprias escolhas de vida (MALTA: OLIVEIRA, 2020, p.986).

A interdisciplinaridade é importante, pois articula diferentes saberes e promove um diálogo entre os profissionais, que precisam desenvolver habilidades e competências para poderem articular seus saberes e práticas de maneira integrada e horizontalizada.

Na Educação Infantil, o trabalho interdisciplinar se faz bastante necessário, pois a escola é um espaço plural de aprendizagem e de formação, que trabalha todos os aspectos do desenvolvimento humano.

Os profissionais de Serviço Social e psicologia podem contribuir desde o planejamento das ações, passando pela formação dos profissionais, pela construção coletiva do projeto pedagógico e atuando na resolução das demandas cotidianas, propiciando um atendimento de qualidade para todos os usuários dessa política pública.

O Assistente Social é um profissional que atua na questão social que pode ser entendida como as contradições e os conflitos existentes na sociedade. Eles buscam promover o acesso aos bens, serviços e direitos sociais.

O Serviço Social é uma profissão que atua na realidade social através do atendimento de inúmeras demandas, elaboração de pesquisa e construção de propostas que visam o atendimento às necessidades sociais da população, nas áreas de assistência social, saúde, educação, habitação, etc. como um direito do cidadão e não como um favor ou simples ajuda (SOARES, 2003, p.52).

Na educação, este profissional pode contribuir identificando os fatores de risco e vulnerabilidade social que as crianças e suas famílias estão vivenciando, pode contribuir para a interlocução entre os profissionais e pode prestar orientação, acolhimento e encaminhamento para as demais políticas públicas.

MALTA; OLIVEIRA.

Já o Psicólogo atua na compreensão da mente humana e do desenvolvimento emocional e cognitivo. Ele atua em diversas áreas, como hospitais, escolas, assistência social, clínica, entre outros, observando e analisando os comportamentos humanos, as interações sociais e contribuindo para a busca do equilíbrio e saúde mental (GUZZO, 2010).

O documento produzido pelo Conselho de Psicologia intitulado “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica” fala sobre o ideal de atuação da Psicologia nas escolas e na sociedade.

À Psicologia almejamos a construção de um conhecimento crítico, cuja relação teoria e prática seja indissociável e que se comprometa e se responsabilize, social e politicamente, com a democratização da sociedade, visando a responder às questões que afetam diariamente a vida das pessoas: exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, dentre outras. À Psicologia Escolar e Educacional almejamos um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social (BRASIL, 2019, p. 26).

O Psicólogo deve estar na escola para compor a equipe de trabalho, auxiliar na formação continuada dos educadores, na construção do projeto político-pedagógico, na resolução das problemáticas do cotidiano, no planejamento de ações e estratégias que minimizem as dificuldades de aprendizagem, enfim, deve estar presente na escola para promover o acolhimento e bem-estar de todos os membros da comunidade escolar, auxiliando na prevenção de situações de violência, isolamento, exclusão e abandono. Ele está lá para trabalhar com o coletivo e não simplesmente atender problemas de aprendizagem ou comportamentais de maneira individualizada.

A Lei nº13.935, de 11 de dezembro de 2019, prevê a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação Básica, visando contribuir para o fortalecimento da política pública da educação e auxiliando na promoção pleno desenvolvimento humano e social dos alunos e suas famílias.

O documento “Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019” elaborado no ano de 2021, apresenta a movimentação nos três entes federados para a efetivação dessa lei e reforça que:

A integração de Assistentes Sociais e Psicólogos nas equipes escolares é mais necessária que nunca, não apenas por conta do processo de ensino-aprendizagem e

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social das dificuldades etárias de assimilação de conteúdos mediante ensino online em si, mas, também, pelas implicações nos vários segmentos das redes de Ensino Básico, nas famílias, nos mercados de trabalho, nas relações sociais (BRASIL, 2021, p.14)

Essa lei ainda não está efetivada, em parte pelas dificuldades encontradas no país devido a pandemia de Covid 19, mas faz-se cada vez mais necessária, pois passamos por um momento de grandes perdas e retrocessos e precisamos urgentemente ampliar a rede de proteção e garantir políticas públicas eficientes e de qualidade para retomarmos a vida comunitária, reparando os danos e prejuízos desse período de isolamento social.

Resultado da pesquisa realizada sobre o trabalho interdisciplinar nas creches de um município no interior do estado de são paulo

A seguir, detalharemos os resultados da pesquisa realizada num município do interior paulista, sobre o trabalho interdisciplinar em unidades de Educação Infantil conveniadas com a prefeitura municipal, apresentando a análise das entrevistas e ampliando o debate sobre o trabalho interdisciplinar na Educação.

A pesquisa ocorreu entre os anos de 2020 e 2022 para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que se utilizou da pesquisa bibliográfica e documental, questionário e entrevista semiestruturada para corroborar a hipótese inicial de que o trabalho interdisciplinar traz contribuições significativas para as instituições de educação infantil.

Na pesquisa bibliográfica foram pesquisados autores que versam sobre a educação, sobre desenvolvimento humano e social e direitos sociais, e sobre o trabalho interdisciplinar, políticas públicas e especificidades das profissões de serviço social, psicologia, entre outros.

Na pesquisa documental foram analisadas leis, normativas e documentos referentes à política pública da Educação e documentações específicas do município pesquisado, como decretos e planos de ação.

Nessa pesquisa foi utilizado o método de Análise de Discurso, que tem sido adotado em muitas pesquisas das Ciências Sociais, pois apresenta a possibilidade de compreender os aspectos históricos e sociais presentes na fala dos entrevistados.

MALTA; OLIVEIRA.

Na pesquisa empírica foi selecionado um município do interior do Estado de São Paulo. A cidade possui 358.539 habitantes, segundo dados do IBGE (2021). Desse montante, existe aproximadamente 20.966 crianças com idade entre zero e seis anos, que são o público alvo da Educação Infantil.

O município possui parceria com diversas Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a execução dos trabalhos de creches. No total são 78 unidades. Além dessas, o município possui diversas escolas particulares, uma unidade exclusiva para os filhos dos servidores públicos, coordenada pela própria administração municipal, e uma unidade exclusiva de uma universidade pública, gerida pela mesma. Por não serem abertas ao grande público e pela seleção não passar pela central de vagas, gerida pela Secretaria de Educação do município, essas três categorias não foram inseridas nessa pesquisa.

A legislação brasileira prevê a garantia de acesso à Educação Infantil para aqueles que a demandarem, porém, a cidade pesquisada ainda não consegue atender todas as solicitações. Para favorecer a logística de inscrição e priorizar as famílias com maior vulnerabilidade, foi criada uma central de vagas, que dá preferência às famílias com maior necessidade de atendimento.

Não é o ideal, pois o direito de acesso deveria ser universal. O ensino pré-escolar não é obrigatório, mas é um direito da criança e, segundo o Artigo 208 da Constituição Federal, é obrigação do Estado ofertar a educação para as crianças de até 5 anos em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988), mas infelizmente a falta de vagas ainda é uma realidade, não só neste município, mas em todo o país.

Além da questão de acesso, também é preciso debater a qualidade do atendimento prestado por essas unidades educacionais. A escola deve ser um espaço de crescimento, de socialização, de experimentação, de descobertas e de aprendizagem, proporcionando aos alunos todas as condições para que se desenvolvam de maneira plena, contemplando todos os aspectos da vida humana.

Diante disso, o problema da pesquisa era desvendar se o trabalho interdisciplinar traz melhorias ao atendimento das instituições de Educação Infantil e se promove o desenvolvimento humano e social.

Para responder a essa questão foi realizada, num primeiro momento, uma coleta de dados, através de um questionário simples, via telefone, para as 78 instituições de Educação Infantil conveniadas com o município, para realizar o mapeamento das unidades que possuem Assistentes Sociais e Psicólogos e para solicitar a participação na etapa de entrevistas.

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

Das 78 unidades conveniadas, 60 não possuem Assistentes Sociais e Psicólogos em seu quadro (somente Assistentes Sociais que são funcionários da prefeitura e que realizam acompanhamento nas creches, mas não são específicos das entidades); 4 possuem os dois profissionais e 14 somente um dos profissionais, sendo: 2 Assistentes Sociais com função exclusiva; 6 Assistentes Sociais com a função de coordenação administrativa; 9 Psicólogos com a função exclusiva; e 1 Psicólogo com a função de coordenação administrativa.

Depois desse levantamento, aqueles que possuíam o perfil e se dispuseram a participar da segunda etapa participaram de uma entrevista semiestruturada. Foram duas assistentes sociais, duas psicólogas e duas pedagogas, de quatro unidades educacionais diferentes, sendo duas que possuíam equipe interdisciplinar e duas que não possuíam.

A entrevista ocorreu de maneira remota, por vídeo chamada, pois, estávamos num momento de isolamento social, devido à pandemia de Covid 19. Cada participante foi entrevistada individualmente.

No início foi feita uma breve apresentação com nome, formação acadêmica, função desempenhada na entidade, tempo de trabalho na educação e experiência profissional. Essa apresentação é importante para compreensão do perfil do entrevistado e para avaliar se a trajetória acadêmica e profissional pode influenciar nas respostas fornecidas.

A primeira questão feita foi sobre o que era interdisciplinaridade para elas. As duas Pedagogas falaram sobre a interdisciplinaridade como a articulação de disciplinas e saberes, já as Assistentes Sociais e Psicólogas falaram a respeito da articulação entre as diferentes profissões. Observamos que essa resposta foi baseada tanto nas experiências profissionais, quanto na formação acadêmica, pois durante as entrevistas as Assistentes Sociais e Psicólogas mencionaram ter exercido outras funções, em equipes interdisciplinares, nas áreas de Saúde e Assistência Social.

Depois, foram questionadas sobre a atuação das equipes nas creches. As Pedagogas das unidades que não possuem equipe interdisciplinar abordaram somente as ações pedagógicas realizadas. As Assistentes Sociais e Psicólogas apontaram, além da parte pedagógica, outras ações como: orientação às famílias, formação continuada e encaminhamentos que promovem a melhoria na qualidade de atendimento das crianças e suas famílias, ressaltando que o trabalho interdisciplinar não descaracteriza a função principal das creches, que tem, sim, o enfoque pedagógico, mas amplia a atenção destinada aos usuários dessa política pública e suas famílias, fortalecendo as unidades de execução e ampliando a qualidade do serviço.

MALTA; OLIVEIRA.

Logo após, foram questionadas se a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação poderia trazer contribuições para a unidade escolar. Todas afirmaram que sim. A presença desses profissionais amplia a qualidade do trabalho, fortalece as equipes e garante um olhar mais direcionado para as demandas do dia a dia. Além disso, o trabalho interdisciplinar auxilia na construção de um espaço mais plural, inclusivo, acolhedor e significativo para todos.

Questionadas sobre a Lei nº13.935, de 2019, as Pedagogas informaram desconhecer, e as Assistentes Sociais e Psicólogas informaram que tiveram conhecimento, graças aos conselhos de classe. Ficou evidente que ainda é preciso ampliar as discussões sobre essa lei, para promover a sua efetivação.

Todas reforçaram que a lei é uma grande conquista, principalmente nesse período de pandemia, quando tivemos tantas perdas e retrocessos. Mesmo as Pedagogas que desconheciam falaram sobre a importância de outros profissionais na área da Educação, que hoje é composta basicamente por professores e pedagogos.

Considerações finais

Diante das entrevistas, pode-se observar que não basta estar preconizada a presença desses profissionais nas escolas, mas é preciso estruturar para que esse trabalho interdisciplinar realmente possa ocorrer, pois embora a lei esteja vigente, ainda não é uma realidade.

Relacionando a pesquisa de campo com a pesquisa bibliográfica, é possível observar que houve uma evolução significativa no atendimento das creches, principalmente no tocante a sua forma de ser vista e função social, mas ainda é preciso discutir o acesso daqueles que ainda demandam por vagas, a ampliação do número de profissionais, especialmente Assistentes Sociais e Psicólogos, e a necessidade de articulação do trabalho através do planejamento e execução conjunta das ações propostas.

O trabalho em rede com as demais políticas públicas também é fundamental para o atendimento das demandas apresentadas pelas crianças e suas famílias. Nenhuma política pública é capaz de resolver todas as demandas apresentadas pelos seus usuários.

É preciso articular as políticas de educação, saúde, assistência social, habitação, trabalho, esporte, cultura, entre outras, para promover uma efetiva ampliação da proteção social dessas crianças e suas famílias, permitindo que possam crescer de maneira plena, com condições de serem protagonistas de suas histórias de vida e membros ativos da comunidade.

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

Este trabalho visou promover o debate sobre o trabalho interdisciplinar envolvendo Pedagogos, Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação Infantil de uma rede pública. A pesquisa revelou a importância de se discutir essa temática tão atual que é a implementação das equipes interdisciplinares, compostas por Assistentes Sociais e Psicólogos proposta pela Lei nº13.935, de 2019.

A implementação da lei e o debate sobre o trabalho interdisciplinar precisam ser pauta das agendas políticas e bandeira de luta dos profissionais e conselhos de classe, não somente por ser mais um campo de atuação para Assistentes Sociais e Psicólogos, mas principalmente por ser um momento de necessidade de mudança nos espaços escolares e em toda a sociedade, devido às consequências ocasionadas pela pandemia.

Para que ocorra a efetivação dessa nova sistemática de trabalho na área da Educação, não basta garantir a presença dos profissionais, mas realmente mudar o paradigma de trabalho.

Precisamos fomentar ainda mais estudos e pesquisas (...) Incluir disciplinas que abordem “a questão social” e as políticas sociais nas licenciaturas (cursos de formação de futuros professores de educação básica); e ampliar as disciplinas sobre educação, nos cursos de Serviço Social e Psicologia. Promover aproximações entre as áreas, produções e profissionais, da Educação, do Serviço Social e da Psicologia (FIGUEIREDO et al, 2022, p. 138-139).

Para além dessas questões relacionadas às defasagens e perdas causadas pela pandemia, o trabalho interdisciplinar nas escolas pode trazer contribuições significativas para o processo de ensino e aprendizagem e para o desenvolvimento humano e social.

Essa sistemática de trabalho pode proporcionar um espaço mais inclusivo, integrado e participativo, dando visibilidade para as demandas das crianças e suas famílias. Além disso, pode auxiliar na resolutividade dos problemas apresentados no cotidiano escolar.

A sociedade só tende a se beneficiar com o trabalho interdisciplinar na Educação, pois velhos paradigmas de exclusão, violência e preconceito podem ser trabalhados para a sua superação e as demandas por serviços e direitos sociais serem atendidas de maneira mais eficiente, proporcionando às crianças um desenvolvimento pleno e significativo, gerando qualidade de vida e bem-estar para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE. Lucimara Bernabé Pedrosa de. **Educação Infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BERTASSO, Maria Laura Lopes. **Uma análise crítica da Lei nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. Presidente Prudente, 2022. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade do Oeste Paulista – Unoeste).

BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento-Interdisciplinaridade na escola**. São Paulo: Loyola, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000.

BRASIL. **Código de ética profissional do psicólogo**. Resolução CFP nº 010/05. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

BRASIL. **Plano nacional pela primeira infância**. Brasília-DF: UNESCO, 2010.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 10 ed. 2012.

BRASIL. **Código de ética do educador e pedagogo**. Resolução nº 3/18. Brasília: Conselho Federal de Educadores e Pedagogos. 2018.

BRASIL. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na educação básica**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2. Ed. 2019. 67 p.

BRASIL. **Psicólogos (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. 2021.

BUJES. Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero. IN: GRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Elise P. da Silva. **Educação Infantil, pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAMPOS, Maria Malta. **Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica**. In: Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1979.

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

DARWICH, Rosângela Araújo; GARCIA, Maria Lúcia Gaspar. Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos. **Revista Katálisis**: Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 558-565, set/dez. 2019

DEMO, Pedro. **Participação é conquista** – noções de política social participativa. Fortaleza: UFCE, 1985.

FAZENDA, Ivani Catarina. **Interdisciplinaridade, um projeto de parceria**. 3. ed. São Paulo, Loyola, 1995.

FERREIRA, Eliane Maria; SARAT, Magda. Criança (s) e infância (s): perspectivas da história da educação. **Revista Linhas**: Florianópolis, v. 14, n.27, p. 234-252, jul/dez. 2013..

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Passado, presente e desafios futuros para o serviço social na educação básica: o longo caminho entre o projeto de lei e sua regulamentação. IN: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes Moreira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs.). **Tijolos contra muros**: contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

GOLVEIA, Fernanda Ângela dos Santos. **Cuidar, educar e brincar**: uma relação possível na creche. 2013. 30 f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2013.

GOMES, Cláudia Aparecida Valderramas et al. **Políticas públicas e vulnerabilidade social**: uma reflexão teórica a partir de experiência de estágio. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.1, p.116-130, 2015.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. **História da educação**. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2012.

GUZZO, Raquel Souza et al. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. especial, p131-141, 2010.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.14, p.5-18, mai-ago. 2000.

LIMA, Carita Portilho de. Psicologia e Serviço Social: parcerias possíveis com a Educação. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v 19, n. 1, jan./abril., p. 193-196, 2015.

LOUREIRO, Luiz Francisco et al. Interdisciplinaridade: uma proposta epistemológica para a ciência pós-moderna. **InterSciencePlace**, v.14, n.4, p. 127-147, 2019.

MALTA; OLIVEIRA.

MALTA, Angélica de Oliveira Machado. Educação Infantil: como garantir o acesso universal a essa política pública? In: XXI ENCONTRO DE PESQUISADORES: DESAFIOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Anais...** Franca: UniFACEF, 2020a.

MALTA, Angélica de Oliveira Machado. **Trabalho interdisciplinar e desenvolvimento humano e social: serviço social e psicologia na educação infantil**. Franca, 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social. Centro Universitário de Franca).

MELLO, Ana Maria de Araújo. **História da carochinha**: uma experiência para a educação de crianças abaixo de 3 anos em creche. Ribeirão Preto, 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Universidade de São Paulo).

MORETTI, Vanessa Dias; ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; RIGON, Algacir José. O humano no homem: os pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 477-485, 2011.

NEVES, Beatriz Fartes de Paula; FREND, Isabel Cristina. MATOS, Liana Storino de; MATTOS, Maria Alice Funke. Entre lutas e avanços na promoção da garantia ao acesso à educação: um estudo sobre a atuação multidisciplinar em meio ao cenário da pandemia da covid-19. IN: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, XVII, Brasília. **Anais eletrônicos** [...] Brasília: CBAS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000968.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

NUSSBAUM, Martha Craven. Educação para o lucro, Educação para a Liberdade. **Redescrições (on line)**, ano 1, n° 1, 2009.

NUSSBAUM. Martha Craven. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, Newton Ramos. Educação e emancipação. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. p. 297-307.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas e recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning. 2016. pp.05-29

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Assistentes sociais e psicólogos na educação: fomentando o desenvolvimento humano e social

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Nanci. **O Estatuto da Criança e do adolescente e a função educacional da Creche**. Projeto pedagógico do cuidar e educar, sem escolarizar. Franca, 2003. 155 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

SOUZA, Flávia Faissal de. Desenvolvimento humano e educação das pessoas com deficiência nos documentos das políticas sociais e de direitos humanos no sistema da ONU: equidade, funcionalidade e tecnologia. IN: NOZU, Washington Cesar Shoiti; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Políticas e práticas em educação especial e inclusão escolar**. Curitiba: Íthala, 2021.

SOUZA, Maria Cecília Braz Ribeiro de. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico Cultural**. Marília, 2007. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007.

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A Formação Social da Mente**. Tradução: Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche, José Cipolla Neto. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAMBAM, Neuro José. A teoria da justiça de Amartya Sen: as capacidades humanas e o exercício das liberdades substantivas. In: **Episteme NS**, v. 34, n. 2, p. 47-70, 2014.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 28/02/2023

Aprovado em: 10/03/2023

22